

**PLANO NACIONAL DE LEITURA (PNL) DE PORTUGAL: ESTUDO DE TESES E
DISSERTAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**NATIONAL READING PLAN (NRP) OF PORTUGAL: STUDY OF THESIS AND
DISSERTATIONS OF UNIVERSITY EDUCATION INSTITUTIONS**

**PLAN NACIONAL DE LECTURA (PNL) DE PORTUGAL: ESTUDIO DE TESIS Y
DISERTACIONES DE INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR**

MONTEIRO, Maria Iolanda
mimonteiro@ufscar.br

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
<https://orcid.org/0000-0002-4534-1437>

RESUMO A investigação objetiva o estudo da implementação do Plano Nacional de Leitura (PNL) de Portugal e de seu incentivo para a promoção da leitura. Para a realização da mesma, decidiu-se pela utilização de pesquisa exploratória com o exame do conteúdo de pesquisas das instituições portuguesas sobre o PNL, o qual engloba as duas edições da política (2006 e 2017). 26 instituições foram investigadas pelo portal Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal. A análise das pesquisas revelou a importância que o PNL tem para garantir as práticas de leitura e a continuidade dos projetos de ação nas próximas ofertas da política. Os dados mostram o compromisso do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares de Portugal, de desenvolver literacia e práticas de leitura comprometidas com a formação da cidadania.

Palavras-chave: Educação. Política Pública. Leitura.

ABSTRACT The research aims to study the National Reading Plan (NRP) in Portugal and its repercussions for the promotion of reading. The option was for exploratory research to examine the research content of Portuguese institutions on the NRP, which encompassed the two editions of the policy (2006 and 2017). Twenty-six institutions were investigated through the Open Access Scientific Repositories of Portugal portal. Research analysis revealed the importance of NRP to ensure reading practices and the continuity of action projects in the next policy offerings. The data showed the commitment of the Ministry of Education, in articulation with the Ministry of Culture and the Cabinet of the Minister of Parliamentary Affairs of Portugal, to develop literacy and reading practices, compromised to the training of citizenship.

Keywords: Education. Public Policy. Reading.

RESUMEN La investigación tuvo como meta estudiar el Plan Nacional de Lectura (PNL) en Portugal y su repercusión en la promoción de la lectura. Optamos por la investigación exploratoria para examinar el contenido de la investigación de las instituciones portuguesas sobre la PNL, que abarcó las dos ediciones de la política (2006 y 2017). 26 instituciones fueron investigadas por el portal Repositorios Científicos de Acceso Abierto en Portugal. El análisis de la investigación reveló la importancia de la PNL para garantizar las prácticas de lectura y la continuidad de los proyectos de acción en las próximas ofertas de políticas. Los datos mostraron el compromiso del Ministerio de Educación, en articulación con el Ministerio de Cultura y el Gabinete del Ministro de Asuntos Parlamentarios de Portugal, para desarrollar prácticas de alfabetización y lectura, comprometidas con la formación de la ciudadanía.

Palabras clave: Educación. Política Pública. Lectura.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa a compreensão das principais características do Plano Nacional de Leitura (PNL). Várias ações, promovidas por diversas iniciativas governamentais, como: Carta Educativa Municipal; Concurso Nacional de Leitura; Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB); Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas; Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (GRBE); Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB); Plano Nacional de Leitura (PNL); Programa de Itinerâncias; Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento (POS-Conhecimento); Projecto Ler + Dá Saúde; Projecto Ler + Em Família; Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas (RCBP); Serviço de Apoio à Leitura (SAL); Programa de Ensino Explícito de Compreensão Leitora e outras, têm como foco desenvolver a leitura nas escolas portuguesas.

Algumas iniciativas de promoção da leitura foram extintas e outras permanecem no contexto português, as quais são incorporadas progressivamente pelo Plano Nacional de Leitura (PNL), conforme indica a pesquisa de Balça e Souza (2012, p. 373).

[...] em 2006, foi lançado, em Portugal, o Plano Nacional de Leitura, numa parceria entre os então Ministérios da Cultura e da Educação. Desde o início, o PNL estabelece uma interface muito sólida com a Rede de Bibliotecas Escolares e é, portanto, através das bibliotecas escolares que começam a chegar às escolas os livros fornecidos pelo PNL.



Para as autoras, o Plano Nacional de Leitura apresenta-se mais abrangente, pois engloba ações sistematizadas que se comprometem diretamente com o cotidiano das escolas da Educação Básica e com a sala de aula. Balça e Souza (2012, p. 374) elucidam que essas iniciativas oferecem diretrizes para desenvolver o trabalho docente com a questão da leitura no contexto escolar.

Nestes Programas, são trazidas, aos docentes, diretrizes muito concretas sobre a forma como trabalhar o livro na sala de aula e a novidade foi a obrigatoriedade de ler e trabalhar diariamente, caso as crianças estejam no pré-escolar ou no 1º ciclo do ensino básico ou semanalmente, para os jovens dos outros níveis de ensino, em atividades de leitura, com textos literários e não literários.

De modo geral, programas, políticas públicas, ações e iniciativas relacionados com a promoção da leitura em Portugal, comprometem-se com o aumento do número de leitores, a erradicação do analfabetismo e a melhora dos níveis de leitura do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (*Programme for International Student Assessment - Pisa*).

No final da década de 1990, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cria o PISA com o objetivo de estudar os resultados dos países sobre o domínio da literacia de leitura, literacia matemática e literacia de ciências. O foco do PISA tem recaído também, recentemente, na questão sobre resolução colaborativa de problemas e a literacia financeira. Conforme Rosa *et al.* (2021), esse estudo, aplicado nos(as) estudantes de 15 anos de idade, que acontece a cada três anos, torna-se uma referência mundial, pois sistematiza informações comparativas acerca do desempenho escolar. Os dados obtidos contribuem para a elaboração das políticas públicas e para equidade dos contextos de ensino. Para Rosa *et al.* (2020, p. 97), Portugal tem participado de todas as edições (2000, 2003, 2009, 2012, 2015 e 2018), considerando os dados das avaliações de larga escala e de iniciativas do governo português.

Na edição do PISA-2018, em uma lista ordenada de 79 participantes, Portugal ficou em 24º lugar na literacia científica, 24º na literacia de leitura e 22º na literacia matemática, com 492 pontos em cada domínio, ficando acima da média da OCDE em todos os domínios. Desde a edição do ano 2000, Portugal tem registado uma tendência de melhoria dos resultados nos três domínios analisados [...]. No entanto, de 2015 para 2018 houve uma pequena descida, não estatisticamente significativa, a leitura e a ciências.



Outros estudos mostram a expansão das práticas portuguesas de promoção da leitura com a implementação do PNL, visando à prática do livro e às bibliotecas, como as pesquisas de Balça e Souza (2012), Camillo e Castro Filho (2019/2020), Rosa *et al.* (2021) e Rosa *et al.* (2020). Essas revelam, ainda, que as ações se apresentam sempre comprometidas com as orientações da OECD no campo da leitura, as quais ressaltam a necessidade do estudante ser capaz de participar na sociedade, por meio de textos, com reflexões críticas.

As investigações de Rosa *et al.* (2020) contribuem para compreender os documentos relacionados com a avaliação do desempenho de estudantes portugueses no campo da leitura, como o Decreto Lei n.º 55/2018, de 06 de julho (Portugal, 2018), o Despacho n.º 6944-A/2018 (Portugal, 2018), o Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto (DGE, 2018), o Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória (Martins, 2017), os Programas e Metas Curriculares de Português do Ensino Secundário (Buescu *et al.*, 2014) e o Relatório Nacional do PISA sobre Portugal de 2019 (Lourenço, 2019).

Diante da perspectiva histórica, o presente artigo realizou o estudo de teses e dissertações de Universidades e Institutos de Ensino Superior de Portugal, com foco nas pesquisas sobre o Plano Nacional de Leitura (PNL) português desde a sua primeira edição em 2006. O propósito é identificar as principais características e as ações dessa política que visa promover a leitura. Assim, decide-se pela pesquisa exploratória, conforme as orientações metodológicas de Lüdke e André (1986), para o levantamento das teses e das dissertações nos bancos de dados das bibliotecas digitais. Para isso, consideram-se as pesquisas a partir da implementação do Plano Nacional da Leitura de 2006 a 2016 e a última edição de 2017 a 2027.

Recorre-se aos objetivos do primeiro PNL, que ocorre no período de 2006 a 2016, para o entendimento das ações das práticas de leitura:

- Promover a leitura, assumindo-a como fator de desenvolvimento individual e de progresso coletivo;
- Criar um ambiente social favorável à leitura;
- Inventariar e valorizar práticas pedagógicas e outras atividades que estimulem o prazer de ler entre crianças, jovens e adultos;
- Criar instrumentos que permitam definir metas cada vez mais precisas para o desenvolvimento da leitura;
- Enriquecer as competências dos atores sociais, desenvolvendo a ação de professores e de mediadores de leitura, formais e informais;



- Consolidar e ampliar o papel da Rede de Bibliotecas Públicas e da Rede de Bibliotecas Escolares no desenvolvimento de hábitos de leitura;
- Atingir resultados gradualmente mais favoráveis em estudos nacionais e internacionais de avaliação de literacia. (Vilar, 2016, p. 142).

Para exemplificar um pouco mais a contribuição dessa política para a promoção da leitura, o Plano Nacional de Leitura (PNL, s.p.) destaca:

A nova etapa do PNL para 2017-2027 (PNL 2027) pretende apoiar e fomentar programas especialmente vocacionados para favorecer a integração social através da leitura, em diferentes suportes; a formação dos diferentes segmentos da população - crianças, jovens e adultos; a inclusão de pessoas com necessidades específicas; o desenvolvimento articulado de uma cultura científica, literária e artística; e, ainda, o acesso ao saber e à cultura com recurso às tecnologias de informação e comunicação. No âmbito das suas atribuições, e no cumprimento do Programa do Governo, compete às áreas das autarquias locais, da cultura, da ciência, tecnologia e ensino superior e da educação, o desenvolvimento de uma política integrada de promoção da leitura e da escrita e das múltiplas literacias, nomeadamente, a cultural, a científica e a digital.

Na oferta 2017-2027, o Plano Nacional da Leitura (PNL, 2017, p.12-13) define especificamente os seguintes objetivos:

- Promotor da leitura, como competência chave e direito inerente à condição humana e à cidadania;
- Depositário de um património de 10 anos, a consolidar e desenvolver;
- Amplo e inclusivo - DE todos, COM todos e PARA todos, abrangendo a globalidade dos indivíduos e públicos: infantil, juvenil e adulto;
- Nacional, regional e local;
- Mobilizador de vários sectores e áreas da administração e da sociedade;
- Potenciador de forças e sinergias com múltiplos parceiros e instituições, nacionais e internacionais;
- Impulsionador do uso do livro e das bibliotecas como fontes de saber e de cultura;
- Integrador e transversal a múltiplas literacias;
- Criativo, inovador e capaz de fazer face aos desafios do Século XXI;
- Exigente e orientado por critérios de qualidade e fundamentos científicos.
- Facilitar o acesso à leitura e ao conhecimento;
- Aumentar os hábitos e os índices de leitura da população;
- Melhorar as competências e os níveis de literacia dos portugueses;
- Promover o prazer e o gosto pela leitura;
- Desenvolver a formação leitora;
- Consciencializar a sociedade do valor e da importância da leitura;
- Estimular uma cultura e um ambiente económico-social favoráveis à multiplicação das práticas e dos contextos sociais de leitura;
- Potenciar a presença e a projeção mediática da leitura nos meios escritos, impressos e digitais, em presença e na Internet;
- Associar a leitura às ciências, às humanidades, às artes e às tecnologias digitais, de acordo com uma nova ecologia que se faz de múltiplas literacias;
- Usar a leitura para combater a desinformação, o preconceito e a ignorância.



É possível perceber que os objetivos do atual PNL registram, com mais detalhes, a natureza das práticas de promoção de leitura e, conseqüentemente, oferecem caminhos formativos mais explícitos e concretos.

Assim, a análise das teses e das dissertações revela conteúdos que auxiliam a entender o papel do PNL para a formação do(a) leitor(a) no contexto português. Para a sistematização dos dados, o artigo é constituído por quatro tópicos: promoção de leitura no contexto de dissertações de mestrado e teses de doutoramento portuguesas; estudo das pesquisas sobre o Plano Nacional de Leitura no contexto das pesquisas portuguesas; principais características da política Plano Nacional de Leitura para as práticas de leitura; e, por fim, considerações finais e perspectivas de pesquisa.

2 PROMOÇÃO DE LEITURA NO CONTEXTO DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO E TESES DE DOUTORAMENTO PORTUGUESAS

Para caracterizar as ações empreendidas nas várias esferas da sociedade, como: escolas, bibliotecas, municípios, universidades e institutos, foi realizado, em janeiro de 2022, um levantamento de teses e dissertações. Esse ocorreu nos bancos de dados de 26 universidades pelo portal Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal¹, no diretório “Universidade”, sendo 23 universidades e dois institutos. Apenas uma escola de ensino superior, Escola Superior Saúde Santa Maria, não apresentou pesquisas sobre leitura com o escopo no campo educacional.

O quadro 1 ilustra a relação das universidades e dos institutos com a quantidade de dissertações e teses encontradas, a partir do descritor de busca “leitura”, considerando o título, o resumo e a palavra-chave das pesquisas. A presente investigação objetivou a procura de trabalhos relacionados com a questão da leitura, comprometidos e articulados com a sua promoção e ensino, a prática da literatura e a formação de leitores(as).

Quadro 1 - Pesquisas sobre leitura

Educação de Ensino Superior	Pesquisas
Instituto Universitário ²	124
Instituto Universitário de Lisboa	151

¹ Dados disponíveis em <https://www.rcaap.pt/directory.jsp>

² Engloba pesquisas da comunidade acadêmica do Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (ISPA).



Universidade Aberta	158
Universidade Autónoma de Lisboa	378
Universidade Católica Portuguesa	267
Universidade da Beira Interior	228
Universidade da Madeira	1511
Universidade de Aveiro	1654
Universidade de Coimbra	146
Universidade de Évora	185
Universidade de Lisboa	545
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	323
Universidade do Algarve	127
Universidade Atlântica	2
Universidade do Minho	705
Universidade do Porto	221
Universidade dos Açores	43
Universidade Europeia	3
Universidade Fernando Pessoa	31
Universidades Lusíada	120
Universidade Lusófona	285
Universidade Nova de Lisboa	374
Universidade Portucalense	39
Universidade Técnica de Lisboa	156
Total de pesquisas	7.776

Fonte: Elaborado pela autora

A busca de trabalhos com a palavra “leitura” localizou 7.776 pesquisas, considerando dissertações de mestrado e teses de doutoramento, no período de 1996 a 2021. A partir dessa identificação, a etapa seguinte do estudo selecionou as pesquisas que abordam no título e no resumo o nome da política – “Plano Nacional de Leitura”. Buscou-se a identificação por trabalhos com o foco também no “Plano Regional de Leitura” e nos “Programas/Projeto de Intervenção”, por adotarem os princípios subjacentes ao Plano Nacional de Leitura. O quadro 2 registra a quantidade de trabalhos e suas respectivas instituições:

Quadro 2 - Pesquisas sobre Políticas Públicas de Leitura

Educação de Ensino Superior	Pesquisas
Instituto Universitário	30
Instituto Universitário de Lisboa	10
Universidade Aberta	12
Universidade Autónoma de Lisboa	2
Universidade Católica Portuguesa	6
Universidade da Beira Interior	40
Universidade da Madeira	1
Universidade de Aveiro	3
Universidade de Coimbra	2
Universidade de Évora	3
Universidade de Lisboa	15
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	21
Universidade do Algarve	7



Universidade Atlântica	0
Universidade do Minho	53
Universidade do Porto	1
Universidade dos Açores	26
Universidade Europeia	0
Universidade Fernando Pessoa	2
Universidade Lusófona	3
Universidade Nova de Lisboa	11
Universidade Portucalense	17
Universidade Técnica de Lisboa	2
Universidades Lusíada	0
Total de pesquisas	267

Fonte: Elaborado pela autora

Ao realizar a releitura das dissertações de mestrado e das teses de doutorado, foram localizadas 267 pesquisas relacionadas às políticas públicas, que estudam a promoção da leitura e tem comprometimento com o desenvolvimento da leitura. Os dados quantitativos revelam que a Universidade do Minho (53), a Universidade da Beira Interior (40), o Instituto Universitário (30), a Universidade dos Açores (26), a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (21), a Universidade Portucalense (17) e a Universidade de Lisboa (15), são as instituições de Ensino Superior que mais produzem pesquisas com o foco na promoção da leitura a partir de alguma política pública portuguesa. Nas produções da Universidade Atlântica, da Universidade Europeia, da Universidades Lusíada, as pesquisas a respeito da promoção da leitura não abordam, de modo específico, a presença de políticas vinculadas ao incentivo à leitura.

Com o objetivo de sistematizar as características do Plano Nacional de Leitura (PNL) de Portugal e suas contribuições para a promoção da leitura, opta-se pelo estudo apenas das pesquisas que apresentam no título o PNL. Dos 267 trabalhos identificados no quadro 2, localizam-se 12 pesquisas, sendo 10 dissertações de mestrado e 2 teses de doutoramento, no período de 2009 a 2020. Estas podem ser observadas no quadro 3.

Quadro 3 - Pesquisas sobre Plano Nacional de Leitura

Universidades	Pesquisas	Ano	Tipo de documento
Universidade da Beira Interior	1	2010	Dissertação de mestrado
Universidade de Aveiro	1	2010	Dissertação de mestrado
Universidade de Aveiro	1	2010	Tese de doutoramento
Universidade de Évora	1	2009	Dissertação de mestrado
Universidade de Lisboa	1	2012	Dissertação de mestrado
Universidade de Lisboa	1	2020	Dissertação de mestrado



Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1	2016	Dissertação de mestrado
Universidade do Minho	1	2012	Dissertação de mestrado
Universidade Nova de Lisboa	1	2014	Dissertação de mestrado
Universidade Nova de Lisboa	1	2016	Tese de doutoramento
Universidade Portucalense	1	2013	Dissertação de mestrado
Universidade Portucalense	1	2009	Dissertação de mestrado

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados denotam a carência de pesquisas no campo de estudo referente ao Plano Nacional de Leitura, por ser uma política, com o início em 2006. Isso pode explicar a incerteza sobre a contribuição do PNL para a promoção real da leitura. Ressalta-se a importância do presente artigo em averiguar apenas as pesquisas com o PNL no título, contudo, as investigações não analisadas revelam dados relevantes para o entendimento da promoção e do incentivo da leitura por meio de outras políticas portuguesas.

O PNL assume uma periodicidade de 10 anos, com ações para atingir o público do ensino pré-escolar ao ensino secundário e parceiras oriundas de diversas esferas da sociedade portuguesa, como Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), escolas de Educação Básica e institutos de Ensino Superior, comprometidas com estudos, pesquisas e práticas para a operacionalização da política e promoção da leitura. Além do compromisso com o incentivo do gosto, dos hábitos e das competências de leitura da realidade portuguesa, essa política responsabiliza-se pela preparação das pessoas para as exigências da contemporaneidade e das mudanças no universo digital da literacia.

Para a viabilização das finalidades, o Plano mobiliza o contexto Nacional, regional e local de Portugal com a participação de áreas da administração, da sociedade, dos órgãos públicos e privados. É perceptível a repercussão da política para a literacia nacional pelas pesquisas apresentadas e pelos documentos sistematizados sobre o impacto e as experiências da política³. Nesta perspectiva, o presente artigo revela a importância de uma política de promoção da leitura, como PNL, que perpassa pelas esferas da ciência, da educação, da tecnologia digital, da educação, da economia, da saúde, da família, da sociedade e do trabalho.

³ Disponível em <https://www.pnl2027.gov.pt/np4/home>



O artigo reconhece, ainda, a contribuição social, intelectual e científica da política, pois valoriza práticas formativas relacionadas à literacia verbal e não-verbal, ao contexto mediático e digital para o aprimoramento de atitudes no campo das multiliteracias.

3 ESTUDO DAS PESQUISAS SOBRE O PLANO NACIONAL DE LEITURA NO CONTEXTO DAS PESQUISAS PORTUGUESAS

Com o objetivo de estudar o conteúdo das pesquisas sobre o Plano Nacional de Leitura, organiza-se o eixo de análise: Principais características da política: Plano Nacional de Leitura para a promoção da leitura. O quadro 4 registra os trabalhos selecionados para o estudo do conteúdo referente ao PNL nas duas edições (2006-2016 / 2017-2027).

Quadro 4 - Pesquisas selecionadas para o estudo sobre o Plano Nacional de Leitura

Universidades	Pesquisas	Autor(a)	Ano	Tipo de documento
Universidade da Beira Interior	O impacto do PNL no agrupamento de Escolas Ribeiro de Carvalho: representações e práticas dos professores	Celeste L. V. Rodrigues	2010	Dissertação de mestrado
Universidade de Aveiro	O PNL e as TIC: efeitos na relação dos alunos com a leitura	Inês F. D. Patrão Ramos	2010	Dissertação de mestrado
Universidade de Aveiro	A construção escolar do plano nacional de leitura: um estudo num agrupamento de escolas do ensino básico	Maria José N. Silva Gamboa	2010	Tese de doutoramento
Universidade de Évora	Plano nacional de leitura: mais e melhor literacia	Maria de Lurdes P. Ladeira	2009	Dissertação de mestrado
Universidade de Lisboa	A utilização dos livros digitais do Plano Nacional de Leitura na educação pré-escolar: potencial pedagógico, expectativas e práticas dos educadores	Virgínia Maria dos Santos	2012	Dissertação de mestrado
Universidade de Lisboa	Leitura pública em Portugal e na China: o caso do Plano Nacional de Leitura	Kong Mengya	2020	Dissertação de mestrado
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Literatura infantil e matemática: tarefas matemáticas para trabalhar a matemática a partir do Plano Nacional de Leitura	Cátia Filipa Paiva Botelho	2016	Dissertação de mestrado
Universidade do Minho	O Plano Nacional de Leitura nos media: uma análise de representações	Cristina Maria G. Martins Pacheco	2012	Dissertação de mestrado



Universidade Nova de Lisboa	O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados	Maria Isabel G. de M. Veiga Vilar	2016	Tese de doutoramento
Universidade Nova de Lisboa	Políticas Públicas de Leitura: Estudo Comparativo dos Planos Nacionais de Leitura de Portugal e do Brasil	Ingrid Melo Pessoa Cherubino	2014	Dissertação de mestrado
Universidade Portucalense	A promoção da leitura em contexto educacional: Estudo de caso sobre a aplicação do Plano Nacional de Leitura e sobre as práticas de leitura numa turma do 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico de um Agrupamento Vertical de Escolas do Norte de Portugal.	Maria Cristina Vieira de Freitas	2013	Dissertação de mestrado
Universidade Portucalense	O Plano Nacional de Leitura e a promoção de hábitos de leitura nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico: um estudo de caso.	Sandra Cristina Teixeira Ferreira	2009	Dissertação de mestrado

Fonte: Elaborado pela autora

As informações disponíveis no quadro 4 situam as universidades com pesquisas sobre o Plano Nacional de Leitura no período de 2009 a 2020, englobando, assim, as duas edições da política, de 2006 e 2017. Assim sendo, o artigo descreve os dados de estudos de duas edições, garantindo, por meio de 12 trabalhos, a identificação de alguns aspectos do PNL em períodos diferentes e com conclusões comparativas.

O quadro 4 elucida, ainda, que apenas uma única pesquisa foi localizada acerca do PNL da edição 2017-2027, “Leitura pública em Portugal e na China: o caso do Plano Nacional de Leitura” (Mengya, 2020). O conteúdo da dissertação de mestrado abarca questões sobre o PNL e articula as discussões com o contexto chinês, o que fragiliza a investigação das práticas de promoção de leitura de Portugal e as análises para entender o PNL na atual edição.

A lacuna de pesquisa registrada no quadro 4, principalmente com o foco na edição 2017-2027, desvela a necessidade de estudos que visem descrever iniciativas para a promoção da leitura. O próximo tópico do artigo tem o compromisso de revelar dados referentes à análise da implementação e da repercussão do PNL, a partir das pesquisas localizadas no repositório das instituições investigadas.

4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA PLANO NACIONAL DE LEITURA PARA AS PRÁTICAS DE LEITURA



Para este eixo de análise, destacam-se vários aspectos das investigações sobre as características do PNL, identificando de que forma a política foi analisada pelas pesquisas. O estudo, registrado no tópico: “Principais características da política Plano Nacional de Leitura para as práticas de leitura”, segue a sequência apresentada no Quadro 4.

A dissertação de mestrado de Rodrigues (2010), “O impacto do PNL no agrupamento de Escolas Ribeiro de Carvalho: representações e práticas dos professores”, mostra aspectos importantes do PNL que contribuem para entender a política. A autora aplica um questionário a 23 docentes do 1.º ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas Ribeiro de Carvalho, com o objetivo de identificar se os professores investigados se comprometiam com as orientações do PNL, colocando-as em prática; se conheciam as características da política; e se efetivavam práticas e ações, relacionadas à promoção da leitura e literacia leitora. A autora descreve resultados preocupantes nas entrevistas, como o não reconhecimento da prática de leitura como uma atividade importante no tempo livre; a ausência de domínio a respeito dos objetivos do PNL; a opção de gênero para a leitura não colaborando para desenvolvimento do hábito de leitura; a identificação de fragilidade na prática leitora; o pouco hábito de leitura dos professores; a não realização frequente da prática de leitura em sala de aula; a falta de assiduidade às visitas à biblioteca; e a família, como principal responsável pelo incentivo da leitura dos alunos.

A dissertação de mestrado de Rodrigues (2010) revela que o professor precisa ser um leitor ativo para incentivar o hábito de leitura nos alunos. Esse compromisso é um elemento importante na identidade profissional. Além dessa conclusão, destaca o apoio da biblioteca escolar e a organização de práticas de leitura frequentes para a promoção da leitura.

A autora Ramos (2010), em sua dissertação de mestrado “O PNL e as TIC: efeitos na relação dos alunos com a leitura”, investiga, com a metodologia “Estudo de Caso”, as influências do PNL na relação de 17 alunos de uma turma do 4.º Ano de Escolaridade, do 1º Ciclo do Ensino Básico, com a leitura subsidiada pelas TIC, durante um mês e duas semanas. Tal estudo obteve os dados em um período de sete sessões semanais de duas horas, por meio de entrevistas, questionários e

observação direta não participante. Os dados evidenciam não apenas a interferência da articulação entre as novas tecnologias e a proposta do PNL para promover a leitura e a escrita, como ainda a necessidade de ofertar aos professores pesquisados uma formação para a utilização, em suas práticas, das tecnologias específicas à elaboração de *blogues* e *softwares*, relacionadas ao ensino e à aprendizagem da leitura e escrita.

Gamboa (2010), em sua tese de doutoramento “A construção escolar do plano nacional de leitura: um estudo num agrupamento de escolas do ensino básico”, auxilia no entendimento das principais diretrizes do PNL. A partir da metodologia de natureza qualitativa e quantitativa, a autora opta pelo Estudo de Caso para investigar de que forma essa política de promoção da leitura foi colocada em prática em uma escola de Educação Básica no contexto do PNL. O estudo revela “[...] o alargamento do fundo bibliográfico, o aumento das práticas de leitura, o maior conhecimento de diferentes gêneros textuais e a possibilidade de integrar o livro nas práticas de leitura” (Gamboa, 2010, p. 06). Mesmo com vários aspectos positivos, descortina dificuldades em potencializar competências de leitura e desenvolver a capacidade de interpretar textos de diversos gêneros e ressalta a necessidade de continuar o investimento na formação continuada de professores nas práticas de leitura.

Na dissertação de mestrado: “Plano nacional de leitura: mais e melhor literacia” Ladeira (2009), por meio de um estudo de caso em quatro salas de pré-escolar, com entrevista, questionário e observação das leituras de história, estuda as estratégias de leitura de um grupo de educadoras que tiveram o PNL implementado em seu estabelecimento educativo e de um grupo que não usufruiu da proposta do PNL. Os dados da investigação mostram que o investimento de livros e equipamentos de informática na unidade escolar que participou do PNL não garantiu resultados melhores nas práticas de leitura.

Na dissertação de mestrado “A utilização dos livros digitais do Plano Nacional de Leitura na educação pré-escolar: potencial pedagógico, expectativas e práticas dos educadores”, Santos (2012) investiga o uso dos livros digitais (LD) do PNL pelos educadores de infância, visando promover e incentivar a leitura. Além disso, aplica dois questionários em diferentes momentos para a identificação de práticas mais utilizadas, como “[...] na apresentação para o grupo de crianças, na hora do conto ou

para a introdução de temáticas a explorar, é a forma preferida de utilização, sendo a sua escolha e momento predominantemente determinados pelo educador” (Santos, 2012, p. II). Os dados registram que o LD é uma alternativa produtiva e tem alto potencial de desenvolvimento da literacia nos estudantes, mas a ausência de equipamento de informática em boas condições de uso com *internet* e de local apropriado para a leitura dificulta a prática. A questão da idade dos educadores pode ter interferido na utilização dos LD em suas estratégias pedagógicas.

A dissertação de mestrado “Leitura pública em Portugal e na China: o caso do Plano Nacional de Leitura” (Mengya, 2020), identifica dados importantes entre Portugal e China, pois ambos os países implementaram políticas de promoção nacional da leitura para aumentar o nível da educação pública, incluindo o desenvolvimento no campo científico e a competitividade internacional. Muito embora os resultados entre os países tenham revelado uma melhora significativa nos níveis de leitura, ainda há desafios a serem enfrentados, principalmente no âmbito da era digital, os quais dificultam o aprofundamento da literacia nas escolas e nos hábitos de leitura da sociedade. A pesquisa objetiva a divulgação das causas das práticas de leitura com sucesso em Portugal para sistematizar sugestões para que a China possa conhecer outras possibilidades de promoção da leitura, com a implementação do Plano Nacional de Leitura de Portugal.

A pesquisadora Botelho (2016), em sua dissertação de mestrado, “Literatura infantil e matemática: tarefas matemáticas para trabalhar a matemática a partir do Plano Nacional de Leitura”, sistematiza experiências de tarefas matemáticas com o suporte de livros do Plano Nacional de Leitura. Esse cotejo entre as especificidades da matemática e dos livros viabiliza iniciativas para a criação de livros, estudo de algoritmos, o desenvolvimento da matemática e da literatura oral. A ação pedagógica interdisciplinar garante, conforme a pesquisa, a prática de outras estratégias de ensino, como jogos, para a apropriação de conceitos matemáticos inerentes à Educação Básica.

A dissertação de mestrado “O Plano Nacional de Leitura nos media: uma análise de representações”, de Pacheco (2012), ressalta importantes ações portuguesas para potencializar os níveis de leitura relacionadas à Rede de Bibliotecas Escolares e ao Plano Nacional de Leitura. A pesquisa analisa a repercussão do PNL

na imprensa escrita (jornal público) e o reconhecimento da contribuição do PNL para as práticas de leitura.

A tese de doutoramento “O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados”, de Vilar (2016), pesquisa os resultados da implementação do PNL num período de dez anos de contexto escolar, familiar e da população de modo geral. Recorre aos dados das avaliações externas do CIES-IUL; analisa sítios eletrônicos e outros recursos digitais desenvolvidos pelo PNL; adota a ferramenta *Google Analytics* para o estudo da evolução das práticas e dos projetos do PNL; sistematiza fundamentação científica do PNL relacionada ao ensino e à aprendizagem de práticas de leitura; apresenta resultados de políticas de leitura em diferentes países; descreve a evolução do PNL de Portugal, suas condições e seus impactos nas práticas de leitura. As conclusões da pesquisa, a despeito da indicação de resultados positivos provocados pelo Plano, apontam a necessidade da continuidade de propostas de promoção de leitura e do aprofundamento de projetos implementados.

A pesquisa, de caráter exploratório, da dissertação de mestrado de Cherubino (2014), “Políticas Públicas de Leitura: Estudo Comparativo dos Planos Nacionais de Leitura de Portugal e do Brasil”, com o método dedutivo e a análise de conteúdo, compara o Plano Nacional de Leitura (PNL) de Portugal e o Plano Nacional do Livro e da Leitura do Brasil, com o intuito de entender as razões da implementação das políticas de promoção da leitura e “[...] caracterizar comparativamente os históricos, as estruturas, os princípios, os objetivos e o conjunto de ações e áreas de intervenção estabelecidos nos planos nacionais de leitura português e brasileiro” (Cherubino, 2014, p. V). Seu estudo revela a necessidade de se oferecer uma formação continuada aos profissionais envolvidos em projetos de incentivo à leitura, como professores, bibliotecários e agentes mediadores de leitura, pois, assim, se sentiriam inseridos em um ambiente motivador.

A dissertação de mestrado de Freitas (2013) “A promoção da leitura em contexto educacional: Estudo de caso sobre a aplicação do Plano Nacional de Leitura e sobre as práticas de leitura numa turma do 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico de um Agrupamento Vertical de Escolas do Norte de Portugal”, trabalha com o Estudo de Caso para conhecer os hábitos e as práticas de leitura na escola e no grupo familiar de alunos do 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico de um Agrupamento Vertical de

Escolas do Norte de Portugal e ainda para identificar de que forma a proposta do PNL foi realizada pelos docentes, pelas bibliotecas (escolar e municipal) e pelas famílias. Por meio da observação direta não participativa, de questionários e de entrevistas semiestruturadas, verificaram-se resultados insatisfatórios, em se comparando aos parâmetros estabelecidos pelo PNL. Tais resultados identificam ainda que as bibliotecas envolvidas na pesquisa poderiam ter intensificado as ações de promoção da leitura.

Ferreira (2009) desenvolve um estudo de caso, em sua dissertação de mestrado “O Plano Nacional de Leitura e a promoção de hábitos de leitura nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico: um estudo de caso”, no contexto do sucesso escolar na leitura e, conseqüentemente, na integração com a sociedade. A autora esclarece que a proficiência na leitura depende da desenvoltura não apenas na área da língua portuguesa, mas em outras áreas de aprendizagem. Nessa perspectiva, a investigação visa o conhecimento da contribuição do Plano Nacional de Leitura e das Bibliotecas Escolares para promover a leitura no ambiente escolar e familiar, com base na análise dos hábitos de leitura de uma Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, na cidade do Porto.

A autora conclui que a maioria dos estudantes adquiriu pouco hábito de leitura com as ações promovidas pela escola e pelas bibliotecas; que suas famílias carecem de mais ações para aumentar a frequência das práticas de leitura; e que o papel da biblioteca escolar e dos projetos desenvolvidos na escola são decisivos para as relações socioeducativas e a promoção da leitura.

Diante das discussões sintetizadas das pesquisas para o artigo “Plano Nacional de Leitura (PNL) de Portugal: estudo de tese e dissertações das instituições de Ensino Superior”, ressalta-se o papel do Plano Nacional de Leitura para a promoção da leitura na Educação Básica portuguesa e a participação das escolas e bibliotecas para o desenvolvimento das práticas da mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS DE PESQUISA

A exposição das 12 pesquisas relacionadas diretamente com o Plano Nacional de Leitura de Portugal ilustra o papel importante da política para a promoção da leitura

e as perspectivas necessárias de outros estudos, pois a investigação engloba a implementação de duas ofertas do PNL, a de 2006 e a de 2017. Dos 11 trabalhos localizados, apenas 1 pesquisa (Mengya, 2020) analisa a edição de 2017 a 2027 do PNL.

Com esses dados, não podemos afirmar se as lacunas e dificuldades de 2006-2016 foram superadas em 2017-2027. Afinal, a edição atual se estende até 2027. Diante dessa reflexão, o presente estudo colabora para identificar o papel do PNL na divulgação e promoção da leitura, por meio de espaços das escolas e das bibliotecas escolares. Os dados das pesquisas localizadas reforçam não apenas a necessidade de caminhos formativos, voltados à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, como também a importância da continuidade deste tipo de estudo para o entendimento da prática da respectiva política.

Recorre-se ao estudo de Cunha e Carvalho (2020) para dialogar com a conclusão da pesquisa realizada nas dissertações e teses. Apesar de ter reafirmado a contribuição do PNL para a provação da leitura, a pesquisa desvela que as escolas portuguesas ainda promovem atividades de leitura pontuais, privilegiando a dinamização do livro. Evidencia dificuldades na diversificação de práticas de literacia entre os estudantes. E, além disso, que existem obstáculos para o incentivo da leitura em outros contextos, além da escola e da biblioteca escolar.

A leitura analítica das dissertações de mestrado e das teses de doutoramento ressalta o compromisso da política de leitura portuguesa com o aprofundamento da literacia e das práticas de leitura no contexto escolar, cultural e social. Assim como o empenho conjunto do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares de Portugal. Essa configuração ratifica a relevância dos projetos de ação continuarem na atual oferta da política e nas próximas edições, com vistas a aprofundar as intervenções educativas e a formação profissional nas escolas e nas bibliotecas escolares.

Nesse entendimento, recorre-se à contribuição teórica de Chartier (1999), o qual reforça o papel decisivo da ação governamental na promoção de leitura no contexto escolar, comprometida, ainda, com a formação de uma sociedade mais leitora. Seus estudos revelam que as pessoas apresentam interesses diferentes, no



que se refere ao uso da leitura, pois cada comunidade de leitores possui sua maneira de se relacionar com as práticas leitoras (Chartier, 2002).

MARIA IOLANDA MONTEIRO

Professor Associado. Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas (DTPP). Área de Educação. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutor em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa: Políticas e Práticas de Leitura e Escrita.

REFERÊNCIAS

BALÇA, A.; SOUZA, R. J. de. Políticas públicas de leitura em Portugal e Brasil: novos caminhos, velhos problemas. *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, , p. 371-379, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/11771>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BOTELHO, C. F. P. *Literatura infantil e matemática: tarefas matemáticas para trabalhar a matemática a partir do Plano Nacional de Leitura*. 2015. 123p. Dissertação (Mestrado – Relatório final do Ensino do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico) - Escola de Ciências Humanas e Sociais. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/6976>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BUESCU, H. C. et al. *Programa e Metas Curriculares de Português-Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência de Portugal, 2014. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/programa_metas_curriculares_portugues_secundario.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAMILLO, E. da S.; CASTRO FILHO, C. M. de. Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 25, n. 1, p. 113-130, dez./mar. 2019/2020. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1622/pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CHARTIER, R. As revoluções da leitura no ocidente. *In: ABREU, Márcia (Org.). Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras; ALB; FAPESP, 1999.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre incertezas e quietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHERUBINO, I. M. P. *Políticas Públicas de Leitura: estudo comparativo dos planos nacionais de leitura de Portugal e do Brasil*. 2014. 69p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14864>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CUNHA, J.; CARVALHO, J. A. B. (org.). Ensino da Língua Portuguesa – dimensões, contextos, pedagogias e práticas. *In: VII Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa*. Centro de Investigação em Educação Instituto de Educação. Atas [...]. Universidade do Minho, 2020. p.08-11.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho de 2018. Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens. *Diário da República*, 1.ª série, n. 129, 6 de julho de 2018, p. 2928-2943. Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PORTUGAL. Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho. Homologa as Aprendizagens Essenciais das componentes do currículo e disciplinas inscritas nas matrizes curriculares-base dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral. *Diário da República*, 2.ª série, n. 138, 19 de julho de 2018, 311521994. Lisboa, Portugal. Disponível em: https://cfaeplanaltobeirao.com/media/planaltobeirao/legislacao/Despacho_n.%C2%BA_6944-A-2018.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

DGE. *Direção-geral da Educação*. Aprendizagens Essenciais. Aprendizagens Essenciais em Articulação com o Perfil do Aluno. Português – 10º ano. ago. 2018. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FERREIRA, S. C. T. *O Plano Nacional de Leitura e a promoção de hábitos de leitura nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico: um estudo de caso*. 2009. 195p. Dissertação (Mestrado em Supervisão e Coordenação da Educação). Universidade Portucalense, Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/34>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FREITAS, M. C. V. de. *A promoção da leitura em contexto educacional: estudo de caso sobre a aplicação do Plano Nacional de Leitura e sobre as práticas de leitura numa turma do 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico de um Agrupamento Vertical de Escolas do Norte de Portugal*. 2013. 122p. Dissertação (Mestrado em Educação e Bibliotecas), Universidade Portucalense, Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/1530>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GAMBOA, M. J. N. S. *A construção escolar do plano nacional de leitura: um estudo num agrupamento de escolas do ensino básico*. 2010. 423p. Tese (Doutoramento em Didáctica), Universidade de Aveiro, Aveiro. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/3816>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LADEIRA, M. de L. P. *Plano nacional de leitura: mais e melhor literacia?* 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Évora, Évora. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/18970>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LOURENÇO, V. (Coord.). *PISA 2018 – PORTUGAL. Relatório Nacional*. Lisboa: Instituto de Avaliação Educativa, 2019. Disponível em: https://www.cnedu.pt/content/noticias/internacional/RELATORIO_NACIONAL_PISA2018_IAVE.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, G. d'O. (Coord.). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

MENGYA, K. *Leitura pública em Portugal e na China: o caso do Plano Nacional de Leitura*. 2020. 130p. Dissertação (Mestrado em Português como Língua Estrangeira/Língua Segunda), Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/43948>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PACHECO, C. M. G. M. *O Plano Nacional de Leitura nos média: uma análise de representações*. 2012. 107p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação), Universidade do Minho, Minho. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/23739>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PLANO NACIONAL DE LEITURA (PNL). *Uma nova etapa do PNL para 2017-2027 (PNL 2027)*, s.d. Disponível em: https://www.pnl2027.gov.pt/np4/quemsomos.html?cat_quemsomos=quemsomos. Acesso em: 20 jan. 2023.

PLANO NACIONAL DE LEITURA (PNL). *Quadro estratégico*. Plano Nacional de Leitura 2027. Portugal: República Portuguesa, 2017. Disponível em: <https://www.pnl2027.gov.pt/np4EN/file/8/QE.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RAMOS, I. F. D. P. *O PNL e as TIC: efeitos na relação dos alunos com a leitura*. 2010. 273p. Dissertação (Mestrado em Multimédia em Educação), Universidade de Aveiro, Aveiro. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/3793>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RODRIGUES, C. L. V. *O impacto do PNL no agrupamento de Escolas Ribeiro de Carvalho: representações e práticas dos professores*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Didáticos, Culturais, Linguísticos e Literários). Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/1818>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ROSA, V. A. et al. TIMSS e PIRLS em Portugal: Uma análise comparativa. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 33, n.1, p. 94–120, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rpe.18380>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ROSA, V. et. al. (eds.). *AVAL: Avaliação Pedagógica, Resultados Escolares e Literacia de Leitura*. 1.ed. Lisboa: Edições Universitárias Lusofonas, 2021. Disponível em: https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/11751/1/Rosa%20et%20al%20%282021%29_AVAL_Ebook.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

SANTOS, V. M. dos. *A utilização dos livros digitais do Plano Nacional de Leitura na educação pré-escolar: potencial pedagógico, expectativas e práticas dos educadores*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/8249>. Acesso em: 20 jan. 2023.

VILAR, M. I. G. de M. V. *O Plano Nacional de Leitura: fundamentos e resultados*. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/18465>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Recebido em 01 de maio de 2024

Aceito em 17 de setembro de 2024